

Dívida pública interna bate recorde da década

Débitos em títulos federais atingem R\$ 98,47 bilhões, o maior valor desde janeiro de 90; entrada de dólares leva governo a emitir R\$ 20 bilhões em papéis para evitar entrada de reais na economia

SORAYA DE ALENCAR
e JOSÉ ROBERTO CAMPOS

A dívida pública interna em títulos bateu em setembro o recorde da década. Descontados os títulos do Tesouro em poder do Banco Central, ela atingiu R\$ 98,479 bilhões ou US\$ 102,58 bilhões — quantia superior aos US\$ 90 bilhões de janeiro de 90, no governo Sarney. Às vésperas da hiperinflação e da posse de Collor, a dívida começou a cair, por causa do receio do mercado financeiro de adquirir papéis do governo em meio a boatos de um "calote" da nova administração.

Ao ritmo em que cresce a montanha de títulos públicos no mercado, em breve a dívida atingirá o nível de meados de 89 — algo em torno de US\$ 105 bilhões —, quando o governo Sarney praticamente perdeu o controle de suas contas. Os motivos pelos quais o déficit está explodindo, entretanto, são extremamente diferentes. Sarney conduzia o País para uma inflação galopante, estimulada pela emissão de moeda e aumento da dívida. O governo Fernando Henrique Cardoso contabiliza seu maior déficit no mês em que o País apresentou a primeira "inflação negativa" desde 86.

As principais razões para o crescimento acelerado do déficit são os juros elevados pagos pelo governo para conter o consumo e que funcionam como grande atrativo para o capital externo de curto prazo.

Gastos dos Estados — Entre julho e agosto, o governo emitiu mais de R\$ 20 bilhões em títulos para retirar os reais que entraram na economia como fruto da conversão da enxurrada

de dólares. "A pressão foi do mercado de câmbio", destacou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. Apenas de agosto para setembro, a dívida em títulos saltou 6,7%.

O governo também emitiu títulos (mais R\$ 4,1 bilhões que em agosto) para neutralizar os efeitos expansionistas decorrentes da liberação de depósitos compulsórios das instituições financeiras e para rolar o déficit do Tesouro.

O BC considera, no entanto, que a dívida relevante é de R\$ 75,1 bilhões. Para Lopes, é preciso excluir do valor total da dívida as Letras do Banco Central (LBC-E), emitidas exclusivamente para a troca temporária por títulos de emissão de governos estaduais em dificuldades conjunturais para a rolagem de seus papéis. Para o BC, esses títulos não se constituem em dívida efetiva "uma vez que seu custo é anulado quando do resgate da respectiva nota promissória dada em garantia ao

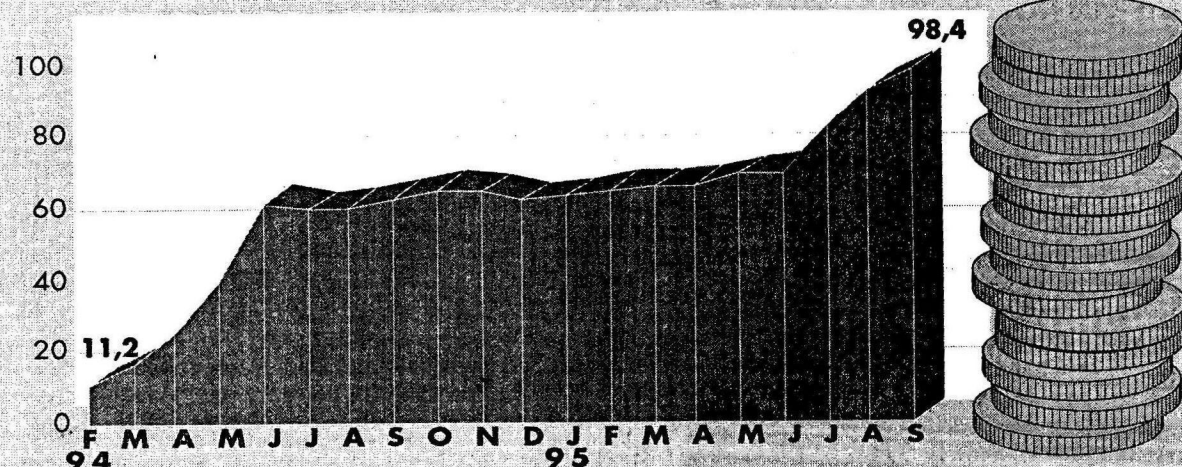
ESTADOS
ACUMULAM
DÉFICIT DE
2,5% DO PIB

BC".

É o descontrole dos gastos de Estados e municípios que explica grande parte do crescimento da dívida pública e que dá motivos para que o presidente do BC, Gustavo Loyola, diga que os juros só podem cair consistentemente quando houver ajuste do setor público. Depois de dois anos de superávit, os cofres dos governos mergulharam num déficit de 2,4% do Produto Interno Bruto. Pelo conceito operacional (que exclui a correção monetária da dívida), o déficit pulou para 3,3% do PIB. De cerca de R\$ 14,4 bilhões do déficit registrado, a parte dos governos estaduais e municipais foi em torno de R\$ 10,9 bilhões — 2,5% do PIB.

O PESO DA DÍVIDA INTERNA

Titulos fora do BC, em R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

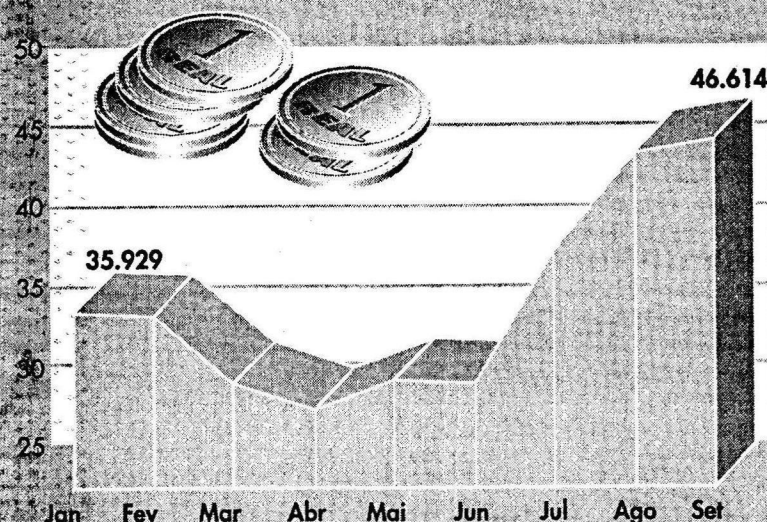
Luludi/AE



Gustavo Loyola, presidente do BC: juros só caem para valer quando houver ajuste das contas públicas

NOVO SALTO NAS RESERVAS

Saldo no conceito de caixa, em US\$ bilhões (*)



(*) Valores prontamente disponíveis
Fonte: Banco Central